



## EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos os Anais do VI Congresso Internacional de Direitos Humanos e Novos Paradigmas, realizado nos dias 21 e 22 de maio de 2024. Este evento consolidou-se como um espaço de reflexão acadêmica e intercâmbio de ideias, proporcionando um ambiente propício ao desenvolvimento de novas perspectivas sobre os desafios contemporâneos que circundam os direitos humanos. O congresso reuniu estudiosos, pesquisadores, profissionais e estudantes, cujos esforços se concentraram em expandir o entendimento acerca das transformações sociais, tecnológicas e jurídicas que impactam a realidade dos direitos fundamentais.

A temática central do evento, focada nos "novos paradigmas", reflete a preocupação em analisar as profundas mudanças que ocorrem em nível global e que afetam diretamente a concepção e a proteção dos direitos humanos. O objetivo principal deste congresso foi propiciar um espaço de diálogo qualificado sobre essas transformações, abordando questões de extrema relevância jurídica e social. Por meio de palestras, mesas-redondas e Grupos de Trabalho (GTs), foram discutidos temas que tocam não apenas os direitos civis e sociais, mas também a proteção da dignidade humana frente às novas realidades impostas pela era digital e pelos avanços tecnológicos.

Os trabalhos que compõem estes Anais são o reflexo do alto nível de comprometimento e rigor acadêmico demonstrado pelos participantes do congresso. As pesquisas aprovadas, nas modalidades de artigos científicos e painéis, abarcam uma diversidade temática que ilustra a amplitude das preocupações atuais no campo dos direitos humanos e do direito. Dentre os temas abordados, destacam-se as discussões sobre o direito das pessoas com deficiência, a proteção de dados pessoais no ambiente de trabalho, e o impacto das novas tecnologias nos processos judiciais e na administração da justiça.

No Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Novos Paradigmas, por exemplo, foram apresentados estudos que analisam questões como a acessibilidade de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) em ambientes públicos acompanhados de cães de apoio emocional, e a proteção da privacidade dos trabalhadores em tempos de monitoramento digital. Esses temas evidenciam a necessidade de adaptar as normativas e as políticas públicas às novas demandas da sociedade, de modo a garantir a proteção efetiva dos direitos fundamentais.



No Grupo de Trabalho sobre Direito Civil Contemporâneo e Direito Processual Civil, destacaram-se pesquisas que exploram desde a responsabilidade civil em casos de atos violentos praticados por torcidas organizadas de futebol até as complexidades jurídicas envolvendo a sucessão de embriões concebidos por reprodução assistida pós-morte. Essas investigações ressaltam a importância de revisitar os conceitos tradicionais do direito civil à luz das mudanças sociais e tecnológicas, buscando soluções justas e adequadas às novas realidades.

O Grupo de Trabalho sobre Ciências Criminais e Direito Processual Penal trouxe à tona discussões sobre a ressocialização dos apenados no Brasil, os desafios enfrentados pelo sistema penitenciário e a eficácia das audiências de custódia virtuais na garantia dos direitos fundamentais. Os estudos apresentados revelam a complexidade dos dilemas penais na contemporaneidade e a necessidade de avançar em mecanismos de proteção dos direitos humanos, sobretudo no contexto do processo penal e da execução penal.

Já no Grupo de Trabalho sobre Direito Constitucional, Sociedade e Justiça, foram discutidos temas como a igualdade salarial entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, os desafios para o cumprimento do direito à educação para pessoas com deficiência e o teletrabalho como fator de risco aos direitos da personalidade do trabalhador. Esses temas reiteram a centralidade do direito constitucional na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa, além de ressaltar a importância da proteção dos direitos sociais e trabalhistas no contexto das mudanças nas relações de trabalho.

Por fim, o Grupo de Trabalho sobre Direito e Novas Tecnologias trouxe à tona questões fundamentais relacionadas ao uso da inteligência artificial no Judiciário e os limites jurídicos para a disseminação de fake news. Esses estudos demonstram o impacto crescente da tecnologia na esfera jurídica e os desafios impostos pela era da informação, evidenciando a necessidade de uma regulamentação eficiente que equilibre a inovação tecnológica com a proteção dos direitos fundamentais.

Os Anais que ora apresentamos registram, de forma sistematizada, a produção acadêmica e científica resultante das apresentações e discussões ocorridas durante o congresso. A relevância dos trabalhos aqui reunidos ultrapassa os limites das discussões acadêmicas, pois apresentam soluções e reflexões que podem, concretamente, influenciar o desenvolvimento de políticas públicas e de decisões judiciais mais justas e efetivas. O material compilado nestes Anais contribui



significativamente para a construção de um conhecimento jurídico atualizado e voltado para a promoção e proteção dos direitos humanos em suas múltiplas facetas.

Agradecemos a todos os que participaram e contribuíram para o sucesso deste evento, em especial aos autores e orientadores dos trabalhos aqui publicados. O VI Congresso Internacional de Direitos Humanos e Novos Paradigmas reafirma, assim, o compromisso com a difusão de conhecimento e a busca por soluções inovadoras para os desafios contemporâneos. Que este registro sirva como fonte de inspiração e consulta para novas pesquisas, consolidando-se como um marco no debate sobre os direitos humanos na atualidade.

Profa. Dra. Letícia Carla Baptista Rosa Jordão

Prof. Dr. Luiz Geraldo do Carmo Gomes

Profa. Ma. Andressa Andrade

Profa. Ma. Mylene Manfrinato

Profa. Ma. Tatiana Manna Bellasalma Silva

Comissão Científica e Organizadora do  
VI Congresso Internacional de Direitos Humanos e Novos Paradigmas

Paranavaí/PR, 2024